



Opinião Econômica

Bráulio Borges

Mestre em teoria econômica pela FEA-USP, é economista-sênior da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV IBRE



Que tal taxar os mais ricos para gerar superávit primário?

Alíquota de até 15% sobre renda acima de R\$ 50 mil por mês pode conter elevação da dívida pública

Na minha coluna da semana passada, apontei que o pacote de contenção de gastos do governo federal era razoável e que poderia ter sido bem recebido pelos investidores caso não tivesse sido acompanhado pelo anúncio da isenção de Imposto de Renda para quem ganha entre R\$ 2.500 e R\$ 5 mil por mês.

O governo federal apontou que essa isenção do IRPF seria fiscalmente neutra, já que seria integralmente financiada pela cobrança de uma alíquota efetiva de 10% para aqueles que ganham mais de R\$ 50 mil por mês.

A despeito dessa neutralidade, essa proposta é ruim em diversos aspectos. Em primeiro lugar, não é nem um pouco garantido que o governo vá conseguir apro-

var a compensação plena junto da introdução da desoneração. É muito mais fácil aprovar bondades do que maldades no Congresso, sobretudo quanto mais próximo estivermos das próximas eleições.

Assim, corre-se o risco de que o governo federal tenha, ao menos em um primeiro momento, uma perda de arrecadação de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões por ano, em um contexto no qual já está difícil cumprir as metas fiscais e em que a dívida pública/PIB segue subindo, mesmo com o PIB crescendo 3%.

Ademais, embora aparentemente essa proposta pareça melhorar a progressividade da tributação sobre a renda no Brasil, não é o caso. Simulações preparadas pelo Made, da FEA-USP, indicam

que a redução da desigualdade com a implementação dessa proposta seria irrisória.

E tem mais: essa redução da desigualdade viria somente pela taxa mínima de 10% de quem está no topo da distribuição de renda, uma vez que hoje muitas dessas pessoas chegam a pagar sua renda (muito inferior aos quase 12,5% pagos pelos indivíduos com renda algo abaixo desses super-ricos). Isoladamente, a isenção do IR para quem ganha entre R\$ 2.500 e R\$ 5 mil pioraria a desigualdade, uma vez que esses indivíduos já estão entre os 25% mais ricos no Brasil.

Outro aspecto inoportuno dessa proposta é que, mesmo que seja fiscalmente neutra, essa mudança

tenderia a estimular ainda mais o crescimento da demanda de consumo - uma vez que as famílias que seriam desoneradas apresentam uma propensão maior a consumir do que os mais ricos.

Qual o problema disso? Hoje a economia brasileira dá sinais cada vez mais claros de superaquecimento, com a taxa de desemprego se aproximando dos 6% da força de trabalho (a menor em quase 30 anos), as importações disparando e a inflação de serviços pressionada nos meses finais deste ano. No quadro atual, para continuar sendo anticíclica (como foi corretamente em 2020-23), a política fiscal deveria migrar para uma postura contracionista, "jogar água fria na ferveria" e não "gasolina na fogueira".

Quem leu esse artigo até aqui deve estar achando que eu disse isso tudo aí em cima para defender que a taxa sobre a renda dos super-ricos no Brasil não seja elevada. Muito pelo contrário! Temos, sim, que viabilizar uma alíquota efetiva de 10%, 12% ou mesmo 15% sobre quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês.

Mas esses R\$ 40 bilhões a R\$ 70 bilhões extras de arrecadação anual deveriam ser utilizados para permitir que tenhamos superávit primário nas contas do governo o quanto antes, de modo a estancar a trajetória de elevação da dívida pública, que vem gerando efeitos cada vez mais negativos sobre a taxa de câmbio e a taxa de juros agora e que, em breve, poderão chegar à inflação e ao PIB.



Crédito para o 13º dos seus funcionários é com o Banrisul

- Prazos e taxas competitivas;
- Agilidade no crédito;
- Mais eficiência no fluxo de caixa.



Painel em Porto Alegre fecha mapeamento da economia do RS

/ MAPA ECONÔMICO DO RS

Eduardo Torres

eduardo.torres@jcrs.com.br

Lideranças de Porto Alegre e Região Metropolitana irão discutir o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul em um painel que será realizado na próxima segunda-feira, dia 9 de dezembro, às 12h, na Federação das Indústrias do Estado do RS (Fiergs), em Porto Alegre.

Depois de ter percorrido as diferentes regiões do Estado ao longo do ano, o evento fecha a série de cinco painéis do projeto Mapa Econômico do Rio Grande do Sul em 2024. A iniciativa é uma realização do Jornal do Comércio, que faz uma radiografia das principais cadeias produtivas gaúchas, de forma regionalizada.

Para detalhar a atividade econômica das diferentes partes do Estado, o Rio Grande do Sul é dividido em cinco grandes regiões, de acordo com critérios de proximida-

de geográfica e afinidade econômica, seguindo parâmetros da Secretaria Estadual do Planejamento.

A retomada econômica do Rio Grande do Sul estará em pauta, bem como os desafios e oportunidades de uma economia em transformação. Serão painelistas o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon-RS), Claudio Teitelbaum; a presidente da Corsan, Samanta Takimi; o fundador do Grupo São Pietro Hospitais e Clínicas, Luciano Zuffo; e o diretor comercial e de logística da Fraport Brasil, Rodrigo Sousa.

O debate terá a mediação do editor-chefe do Jornal do Comércio, Guilherme Kolling, sob o tema "Desafios para a retomada econômica e oportunidades de desenvolvimento para as Regiões Metropolitana, Vale do Sinos e Litoral".

O diretor-presidente do Jornal do Comércio, Giovanni Jarros Tumelero, reforça o compromisso em estimular o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, apresentando informações confiáveis e

estratégicas para os negócios, além de dar projeção às cadeias produtivas que geram emprego e renda. "Queremos dar espaço e mostrar as boas iniciativas que são exemplo para a economia gaúcha. E também discutir os desafios, ajudando a encontrar soluções."

O editor-chefe do JC, por sua vez, destaca a evolução do projeto. "Na primeira edição, o Mapa fez o mapeamento de desafios e oportunidades de desenvolvimento. Agora, na segunda temporada, é possível analisar o que avançou ou não. Esse cruzamento de informações traz novos indicadores da economia do Rio Grande do Sul", explica Kolling.

Após cada evento, é publicado um caderno especial no JC, que circula por todo Estado, mostrando as potencialidades para o desenvolvimento de cada região.

Mais informações sobre o evento Mapa Econômico do RS que será realizado na Fiergs podem ser obtidas pelo e-mail eventos@jornaldocomercio.com.br.



TÂNIA MEINERZ/JC

Assim como no ano passado, serão realizadas cinco edições do evento

Serviço

O quê: Mapa Econômico do RS

Painel: Desafios para a retomada econômica e oportunidades de desenvolvimento para as Regiões Metropolitana, Vale do Sinos e Litoral

Quando: 9 de dezembro, segunda-feira, às 12h

Onde: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs)

Mais informações: eventos@jornaldocomercio.com.br